



MDHC

MDI
Ministério do Desenvolvimento
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBGE

INMET

5º Simulado Especial

CONCURSO NACIONAL UNIFICADO

BLOCO 7

Gestão Governamental e
Administração Pública - Pós-Edital

Simulado

5º Simulado Especial CNU-BT7 (Gestão Governamental e Adm. Pública)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Bloco 7 - Gestão Governamental e Administração Pública do CNU**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/x2VvXStLnHs6RaUN6>

01 - A B C D E	15 - A B C D E	29 - A B C D E	43 - A B C D E	57 - A B C D E
02 - A B C D E	16 - A B C D E	30 - A B C D E	44 - A B C D E	58 - A B C D E
03 - A B C D E	17 - A B C D E	31 - A B C D E	45 - A B C D E	59 - A B C D E
04 - A B C D E	18 - A B C D E	32 - A B C D E	46 - A B C D E	60 - A B C D E
05 - A B C D E	19 - A B C D E	33 - A B C D E	47 - A B C D E	61 - A B C D E
06 - A B C D E	20 - A B C D E	34 - A B C D E	48 - A B C D E	62 - A B C D E
07 - A B C D E	21 - A B C D E	35 - A B C D E	49 - A B C D E	63 - A B C D E
08 - A B C D E	22 - A B C D E	36 - A B C D E	50 - A B C D E	64 - A B C D E
09 - A B C D E	23 - A B C D E	37 - A B C D E	51 - A B C D E	65 - A B C D E
10 - A B C D E	24 - A B C D E	38 - A B C D E	52 - A B C D E	66 - A B C D E
11 - A B C D E	25 - A B C D E	39 - A B C D E	53 - A B C D E	67 - A B C D E
12 - A B C D E	26 - A B C D E	40 - A B C D E	54 - A B C D E	68 - A B C D E
13 - A B C D E	27 - A B C D E	41 - A B C D E	55 - A B C D E	69 - A B C D E
14 - A B C D E	28 - A B C D E	42 - A B C D E	56 - A B C D E	70 - A B C D E

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/Jub3>

CONHECIMENTOS GERAIS**POLÍTICAS PÚBLICAS***Rodrigo Rennó*

01. A elaboração e implementação de políticas públicas envolve um processo complexo e multidimensional, que inclui a análise e a escolha de alternativas para resolver problemas sociais. Qual das seguintes opções melhor descreve uma característica essencial das políticas públicas que as distingue de outras ações governamentais?

- a) Políticas públicas são sempre de natureza coercitiva, obrigando a sociedade a seguir regras estritas sem espaço para negociação.
- b) Políticas públicas devem ser desenvolvidas com base em uma ampla consulta pública e participação dos cidadãos, buscando legitimar e melhorar a efetividade das ações governamentais.
- c) Políticas públicas são desenhadas exclusivamente para beneficiar grupos específicos dentro da sociedade, sem considerar o bem-estar geral.
- d) Políticas públicas são planejadas sem a necessidade de avaliação contínua de seus resultados e impactos ao longo do tempo.
- e) Políticas públicas são criadas apenas para resolver problemas de curto prazo, sem considerar os efeitos de longo prazo das ações implementadas.

02. Theodore Lowi propôs uma tipologia influente para classificar as políticas públicas. Segundo esta tipologia, qual das seguintes opções melhor descreve as políticas "redistributivas"?

- a) Políticas que estabelecem as regras do jogo político, organizando e regulando o funcionamento do governo e suas relações com os cidadãos.
- b) Políticas que distribuem recursos de forma direta a grupos específicos, com pouco ou nenhum impacto para a sociedade em geral.

c) Políticas que impõem regulações que restringem ou direcionam comportamentos de indivíduos ou grupos, afetando a sociedade de maneira ampla.

d) Políticas que envolvem realocação de recursos de um grupo para outro, frequentemente gerando alto grau de conflito político.

e) Políticas que se concentram exclusivamente em intervenções emergenciais, como respostas a desastres naturais ou crises econômicas.

03. A burocracia de nível de rua desempenha um papel crucial na implementação de políticas públicas, estando na linha de frente do governo e tendo interações diretas com os cidadãos. Qual das seguintes opções melhor descreve um desafio comum enfrentado pelos burocratas de nível de rua?

- a) Implementar políticas públicas sem a necessidade de prestar contas a superiores hierárquicos.
- b) Lidar com a pressão de alta demanda por serviços com recursos limitados, o que pode impactar a qualidade do atendimento.
- c) Criar novas legislações e regulamentos que serão implementados por outros órgãos governamentais.
- d) Participar de negociações internacionais e representar o país em conferências globais.
- e) Supervisionar a administração financeira de grandes orçamentos governamentais sem restrições.

**DESAFIOS DO ESTADO
DE DIREITO: DEMOCRACIA E CIDADANIA***Adriane Fauth*

04. O sistema de governo está relacionado com a maneira como funciona a relação entre os Poderes Legislativo e Executivo de um país, tendo sido adotado no Brasil o tipo presidencialista.

No que tange ao sistema presidencialista, tem-se como pressuposto a ideia de que

- a) O presidencialismo é um sistema típico das monarquias.
- b) o sistema de freios e contrapesos garante a soberania de cada poder, viabilizando a arbitrariedade administrativa ao Presidente da República.
- c) a chamada dupla função do Presidente da República ocorre quando ele exerce as funções de Chefe de Estado e Chefe de Governo.
- d) inexiste a tipicidade de funções, dado que o Presidente pode exercer tipicamente tanto a capacidade executiva, quanto a legislativa e jurisdicional.
- e) a separação dos Poderes delimita a atividade estatal de legislação, acarretando uma relação dependente e harmônica entre os organismos políticos.

05. A respeito do Estado de Direito e democracia assinale a alternativa correta:

- a) O Estado de Direito surge a partir das revoluções grevistas do século XIX.
- b) O Estado de Direito está diretamente ligado ao princípio da eficiência.
- c) Uma democracia pressupõe a existência de direitos e garantias fundamentais, mas não a superioridade da Constituição.
- d) A cidadania plena alcança-se com o exercício de direitos políticos.
- e) A democracia deliberativa é aquela em que há participação do povo não apenas na escolha de representantes, mas especialmente durante todo o processo de tomada de decisões, devendo o Estado assegurar um espaço aberto, livre e igualitário para os indivíduos participarem.

**DESAFIOS DO ESTADO
DE DIREITO: DEMOCRACIA E CIDADANIA***Ricardo Torques*

06. Sobre o sistema de governo presidencialista, assinale a alternativa correta:

- a) No presidencialismo, o Presidente da República exerce plenamente o Poder Executivo, acumulando as funções de Chefe de Estado e Chefe de Governo.
- b) No presidencialismo, as relações entre o Executivo e o Legislativo são mais flexíveis, admitindo maiores interferências.
- c) Desde a Proclamação da República, o Brasil sempre adotou o presidencialismo como sistema de governo.
- d) No presidencialismo, há a separação das funções de chefe de estado, comando do poder executivo e políticas públicas, e chefe de governo, representante da unidade nacional e da legitimidade do Estado.
- e) O Brasil não pode ser classificado como um “presidencialismo de coalizão”.

07. Amanda, ao entrar em um estabelecimento comercial, recebeu agressões verbais de outro cliente da loja, que gritava ofensas relacionadas à raça de Amanda. Indignada com a situação, Amanda procurou um advogado para saber mais sobre o crime. O advogado então informou que:

- a) O repúdio ao racismo é um dos princípios que regem as relações internacionais do Brasil. O crime não é considerado inafiançável, mas é imprescritível, sujeito à pena de reclusão. O crime de injúria racial é espécie do gênero de racismo.
- b) O repúdio ao racismo não é um dos princípios que regem as relações internacionais do Brasil. O crime não é considerado inafiançável, mas é imprescritível, sujeito à pena de reclusão. O crime de injúria racial é espécie do gênero de racismo.
- c) O repúdio ao racismo é um dos princípios que regem as relações internacionais do Brasil. O crime é considerado inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão. O crime de injúria racial não é espécie do gênero de racismo.
- d) O repúdio ao racismo é um dos princípios que regem as relações internacionais do Brasil. O crime é considerado inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão. O crime de injúria racial é espécie do gênero de racismo.
- e) O repúdio ao racismo é um dos princípios fundamentais do Brasil. O crime é considerado inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão. O crime de injúria racial é espécie do gênero de racismo;

ÉTICA E INTEGRIDADE

Antônio Daud

08. Quanto à transparência ativa, assinale a alternativa que CONTRARIA o Decreto 11.529/2023:

- a) como forma de atender ao direito das pessoas de terem acesso às informações e aos dados

produzidos pela administração pública federal deve se dar ênfase na transparência ativa.

- b) a definição de prioridades de transparência ativa deve considerar o foco no cidadão.
- c) será realizada por meio da divulgação de dados e informações nos sítios eletrônicos oficiais dos órgãos e das entidades da administração pública federal.
- d) as ações de transparência ativa se darão em cumprimento às normas vigentes, por demanda ou interesse coletivo ou geral da sociedade e por iniciativa dos órgãos públicos.
- e) a Advocacia-Geral da União (AGU) manterá o Portal da Transparência do Poder Executivo Federal para divulgar dados e informações sobre a gestão de recursos públicos e sobre servidores públicos.

09. Considerando as regras legais sobre a transformação digital da Administração Pública, em especial a Lei 14.129/2021, pode-se afirmar que NÃO É finalidade do mecanismo de interoperabilidade de dados entre órgãos públicos:

- a) aprimorar a gestão de políticas públicas.
- b) aumentar a confiabilidade dos cadastros, por meio de mecanismos de manutenção da integridade e da segurança da informação no tratamento das bases de dados, tornando-as devidamente qualificadas e consistentes.
- c) viabilizar a criação de meios unificados de identificação do cidadão para a prestação de serviços públicos.
- d) facilitar a interoperabilidade de dados entre os órgãos de governo, sendo vedado realizar o tratamento de informações a partir do número de inscrição do cidadão no CPF.
- e) facilitar a interoperabilidade de dados entre os órgãos de governo, buscando o reaproveitamento, sempre que possível, de recursos de infraestrutura de acesso a dados por múltiplos órgãos.

DECRETO NO 1.171/1994; DECRETO NO 9.203*Tiago Zanolla*

10. Durante uma conferência sobre governança pública, os servidores judiciais do Tribunal Regional discutiam os princípios fundamentais estabelecidos pelo recente Decreto, que visava aprimorar a administração pública. Os tópicos incluíam a definição de governança pública, valor público, alta administração e gestão de riscos.

Com base no Decreto apresentado, identifique a alternativa correta sobre os conceitos discutidos:

- a) Governança pública é o processo de identificar, avaliar e gerenciar eventos que possam afetar a organização, estabelecido pela alta administração.
- b) Valor público refere-se aos produtos e resultados que atendem exclusivamente às necessidades da administração interna, sem considerar demandas públicas.
- c) Alta administração inclui Ministros de Estado, ocupantes de cargos de natureza especial e servidores de nível 1 do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS.
- d) Gestão de riscos é um processo temporário estabelecido pela alta administração para identificar eventos de curto prazo que possam impactar a organização.
- e) Governança pública consiste em um conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

TRANSPARÊNCIA E IMPARCIALIDADE NOS USOS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO ÂMBITO DO SERVIÇO PÚBLICO*Paolla Ramos*

11. A crescente utilização da Inteligência Artificial (IA) em diversos setores da sociedade tem impulsionado a necessidade de criação de legislações específicas para regular seu desenvolvimento e aplicação. Essas normas buscam assegurar que a IA seja utilizada de maneira ética, responsável e benéfica, tanto para as pessoas quanto para o meio ambiente. No Brasil, a Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial (EBIA) e a Resolução CNJ 332/2020 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) são exemplos de esforços normativos que estabelecem diretrizes e objetivos para o uso da IA, particularmente no setor público.

A respeito das legislações aplicadas ao uso da Inteligência Artificial, identifique o item INCORRETO:

- a) A Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial (EBIA) tem como ponto de partida a definição de objetivos estratégicos que levam em consideração todo o ecossistema tecnológico, e que poderão posteriormente ser desdobrados em ações mais específicas.
- b) São objetivos da Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial (EBIA) contribuir para a elaboração de princípios éticos para o desenvolvimento e uso de IA responsáveis; promover investimentos sustentados em pesquisa e desenvolvimento em IA; remover barreiras à inovação em IA, entre outros.
- c) A IA deve beneficiar as pessoas e o planeta, impulsionando o crescimento inclusivo, o desenvolvimento sustentável e o bem-estar.
- d) Em relação à Resolução CNJ 332/2020, a Inteligência Artificial, no âmbito do Poder Judiciário, visa promover o bem-estar dos jurisdicionados e a prestação equitativa da jurisdição, bem como descobrir métodos e práticas que possibilitem a consecução desses objetivos.

e) Conforme a Resolução CNJ 332/2020, as decisões judiciais apoiadas em ferramentas de Inteligência Artificial devem preservar a igualdade, a discriminação, a pluralidade e a solidariedade, auxiliando no julgamento justo, com criação de condições que visem eliminar ou minimizar a opressão, a marginalização do ser humano e os erros de julgamento decorrentes de preconceitos.

incluindo melhorias nas condições ambientais, no saneamento básico, na segurança alimentar e nutricional e na atenção integral à saúde.

13. Segundo a política de cotas, que garante a reserva de vagas em concursos públicos, pessoas com deficiência terão direito de concorrerem em vagas próprias, o que demonstra a preocupação do Estado em promover ações afirmativas em benefícios de populações vulneráveis.

A partir do atual entendimento jurisprudencial e das normas mais recentes sobre o Direito da Pessoa com Deficiência, julgue os itens a seguir.

12. Com o julgamento que culminou na total improcedência da ADI 3239, o STF decidiu pela constitucionalidade do Decreto 4.887/2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, sem ressalvas ou condicionantes. Sobre a população remanescente de quilombo,

a) são definidos como sendo grupos étnico-raciais que comprovem a ancestralidade sob a liderança comum de Zumbi dos Palmares

b) Nos termos da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, consagrou-se a “consciência da própria identidade” como critério para determinar os grupos tradicionais — indígenas ou tribais — entendimento não consolidado em meio à jurisprudência brasileira

c) são legitimados de inúmeras ações afirmativas que visam promover uma reparação histórica, excetuada a aplicação da política que prevê a reserva de vagas

d) tem assegurado direito à emissão de justo título de propriedade, mediante comprovação de descendência

e) Os moradores das comunidades de remanescentes de quilombos serão beneficiários de incentivos específicos para a garantia do direito à saúde,

I. Segundo a Súmula 552 do STJ, posicionamento atual e preponderante, o portador de surdez unilateral não se qualifica como pessoa com deficiência para o fim de disputar as vagas reservadas em concursos públicos.

II. Considera-se deficiência auditiva a limitação de longo prazo da audição, bilateral parcial ou total, a qual, em interação com uma ou mais barreiras, obstrui a participação plena e efetiva da pessoa na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas.

III. Tanto para aqueles que têm perda auditiva unilateral total, quanto para as pessoas que possuem visão monocular, aplicar-se-ão todas as normas de promoção da inclusão de pessoas com deficiência.

Está (ão) correta (s):

- a) Apenas a I
- b) Apenas a II
- c) Apenas a III
- d) Todas as assertivas
- e) Nenhuma das assertivas

14. A Secretaria de Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça tem importante papel consolidador das inúmeras jurisprudências firmadas. Em recente edição, datada de 21 de junho de 2024, Edição nº 238, reuniu importantes decisões sobre os Direitos Relativos à Diversidade. Nesse sentido, julgue os itens a seguir classificando-os como verdadeiros (V) ou falsos (F).

- () A pessoa transgênero tem direito fundamental objetivo à alteração de seu prenome e de sua classificação de gênero no registro civil independentemente da realização de cirurgia de transgenitalização.
- () Operadora do plano de saúde fica obrigada a promover cobertura de cirurgias de transgenitalização e de plástica mamária com implantação de próteses em mulher transexual.
- () Sobre o direito à orientação sexual e de gênero, tem-se importante alteração sofrida pela Lei Maria da Penha, a qual passa a prever que tas uniões homoafetivas terão o caráter de entidade familiar.

Assinale a alternativa que corresponde a sequência correta:

- a) V-V-V
- b) V-V-F
- c) F-V-V
- d) F-F-F
- e) F-V-F

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, MEIO AMBIENTE E MUDANÇA CLIMÁTICA.

André Rocha

15. Leia o texto a seguir para responder à questão.

“Região semiárida mais populosa do mundo, a Caatinga pode alcançar a marca de 90% de seu território com perda de espécies da fauna e flora graças às mudanças climáticas. É o que mostram dois estudos baseados nas projeções do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC). ”

De acordo com o doutor em ecologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e professor visitante da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Mario Ribeiro de Moura, uma das áreas mais afetadas está na Bahia, compreendendo a Chapada Diamantina e o sul do estado.

A Caatinga é um bioma exclusivamente brasileiro e o quarto do país em área geográfica, cobrindo 9,9% do território nacional. Ele fica atrás de Amazônia (49,3%), Cerrado (23,9%), e Mata Atlântica (13%), mas, mesmo proporcionalmente, existe uma enorme discrepância em termos de áreas protegidas. Apenas 1,3% da Caatinga está sob proteção, enquanto a Amazônia chega a 49%.

Ainda que naturalmente adaptadas ao clima seco, as estratégias das mais de três mil espécies principais de plantas e animais que compõem a biodiversidade da Caatinga podem não ser suficientes. Com temperaturas cada vez mais altas e períodos de chuvas cada vez mais curtos, o bioma, aos poucos, perde suas riquezas.”

Fonte: Até a Caatinga está ameaçada: mudanças climáticas podem destruir 90% do bioma. Disponível em:
<https://www.correio24horas.com.br/asterisco/ate-a-caatinga-esta-ameacada-mudancas-climaticas-podem-destruir-90-do-bioma-0724>

Sobre o tema, julgue os itens a seguir.

- I - O bioma Amazônia é o menos afetado pelas mudanças climáticas devido à sua grande extensão e diversidade de espécies, que garantem sua resiliência.
- II - O Cerrado é altamente vulnerável às mudanças climáticas, com previsões de aumento da temperatura e redução das chuvas, o que pode levar à savanização e à perda de biodiversidade.
- III - O Pantanal, como maior planície alagada do mundo, é capaz de se adaptar às mudanças no regime de chuvas e na temperatura, mantendo sua biodiversidade praticamente intacta.

Está(ão) correto(s) somente o(s) item(ns):

- a) I
- b) I e II
- c) II e III
- d) II
- e) I, II e III

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL*Herbert Almeida*

16. João é servidor público federal, ocupante de cargo efetivo, e pretende se candidatar para cargo eletivo. Buscando se tornar conhecido pelos eleitores, João determinou a veiculação de seu nome nas publicidades oficiais do órgão em que atua, promovendo inequívoco enaltecimento de sua pessoa e personalização de atos e de obras públicas. Após denúncia anônima, o fato se tornou conhecido por Maria, chefe de João, que determinou a instauração de procedimento para apuração. Considerando essa situação, assinale a opção correta com base nas disposições constitucionais, legais e doutrinárias da Administração Pública:

- a) a conduta de João ofende o princípio da publicidade, uma vez que a Constituição Federal determina que a publicidade oficial dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.
- b) para concorrer ao mandato eletivo, João poderá gozar de licença para atividade política, que será remunerada a partir do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral.
- c) se fosse o caso de punir João, Maria poderia instaurar o processo administrativo disciplinar com base apenas na denúncia anônima.
- d) se fosse eleito, João teria que se afastar do cargo efetivo para assumir o mandato eletivo, podendo optar pela remuneração mais vantajosa, ou seja, poderia escolher entre a remuneração do cargo efetivo ou o subsídio do mandato eletivo.
- e) se João for eleito sucessivamente ao cargo eletivo, ficará sujeito à aposentadoria compulsória, no mandato eletivo, ao completar 75 anos de idade.

17. Ana é servidora pública federal e exerce cargo de professora universitária. Buscando aumentar os seus rendimentos mensais, prestou novo concurso, dessa vez para atuar como professora do ensino médio, na rede estadual, obtendo êxito na aprovação e nomeação. Todavia, considerando que estava perto de sua aposentadoria no cargo federal, Ana questionou um especialista sobre a possibilidade de acumulação das remunerações dos cargos e, posteriormente, sobre a possibilidade de acumulação de proventos da aposentadoria.

Tendo em vista a previsão da Lei nº 8.112/90 e da Constituição Federal, o especialista respondeu corretamente que:

- a) Ana deverá optar por um dos cargos, uma vez que é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos federais com estaduais.
- b) a autorização para acumulação de cargos dispensa a comprovação da compatibilidade de horários, salvo quando a carga-horária for superior a sessenta horas semanais.
- c) quando Ana se aposentar, terá que optar pela remuneração de um dos cargos, para convertê-la em proventos de inatividade, pois não é possível acumular proventos de uma aposentadoria com remuneração de um cargo ou proventos de duas aposentadorias.
- d) é vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do regime próprio de previdência social com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma da Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.
- e) Ana poderia acumular, na atividade, o cargo efetivo com um cargo em comissão, se houvesse compatibilidade de horários.

FINANÇAS PÚBLICAS*Celso Natale*

18. O controle do nível do produto agregado, com o objetivo de atenuar o impacto social e econômico das crises cíclicas da economia, está relacionado à função estatal denominada, segundo Musgrave:

- a) alocativa;
- b) distributiva;
- c) estabilizadora;
- d) regulatória;
- e) orçamentária.

19. Um determinado país adotou o regime de metas de inflação, a ser implementado pelo banco central.

Se a inflação no país exceder as expectativas, superando a meta estabelecida, o banco central deve, para controlar a inflação:

- a) aumentar a taxa de juros básica da economia.
- b) reduzir os gastos do setor público.
- c) aumentar os impostos pagos pelos contribuintes.
- d) alterar a taxa de câmbio, desvalorizando a moeda nacional.
- e) aumentar os impostos sobre as exportações.

NOÇÕES DE ORÇAMENTO PÚBLICO*Leandro Ravelle*

20. A prefeitura de uma cidade média, devido à recente crise econômica, procura aumentar sua capacidade de investimento por meio de transferências voluntárias da União. O prefeito deseja entender as condições estipuladas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) LC 101/2000 para receber tais transferências. Considerando as normas da LRF, analise as alternativas abaixo e assinale a correta:

- a) A prefeitura pode receber transferências voluntárias da União apenas se estiver em dia com a contribuição para o regime de previdência dos seus servidores, independentemente de sua situação com outras obrigações tributárias.
- b) Para receber transferências voluntárias, a prefeitura deve demonstrar adimplência com suas obrigações junto ao Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal (CADIN), mas não é necessário cumprir limites de despesa com pessoal.
- c) A prefeitura precisa garantir apenas a aplicação de no mínimo 15% da receita resultante de impostos, compreendida e proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino para receber transferências voluntárias.
- d) As Transferências voluntárias para a prefeitura estão condicionadas à implementação de medidas de redução de despesas com pessoal que excedam os limites estabelecidos pela LRF.
- e) Uma prefeitura somente pode receber transferências voluntárias se estiver cumprindo os limites de despesa com pessoal e estiver em dia com suas obrigações tributárias, de acordo com o Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal (CADIN).

EIXO TEMÁTICO 1**GESTÃO GOVERNAMENTAL***Elisabete Moreira*

21. O *balanced scorecard* (BSC) é uma ferramenta desenvolvida por Kaplan e Norton que permite a construção do planejamento estratégico efetivo para as Instituições Públicas, a exemplo do mapa estratégico do PPA 2024-2027, que promove um alinhamento com as diversas agendas transversais, contemplando diversas áreas e ministérios, distribuídos em eixos, objetivos estratégicos e programas. (mapa estratégico disponível no sítio <https://www.gov.br/planejamento/documents-hospedados-para-gerar-qrcodes/mapa-estrategico-do-ppa>).

Acerca do planejamento governamental, do Balance Scorecard e da metodologia OKR – *Objectives and Key Results* – avalie as alternativas e aponte a correta.

- a) O planejamento governamental busca conjugar a vontade política com as especificidades técnicas para atingir seus objetivos. Os Objetivos estratégicos são declarações objetivas e concisas que indicam as mudanças a serem realizadas e devem ser quantificáveis a partir dos indicadores-chave, os quais será atribuída uma meta a ser atingida.
- b) O BSC funciona como uma ferramenta gerencial, adaptado à administração pública, podendo apresentar somente três perspectivas, a exemplo da perspectiva financeira, do cliente ou sociedade e governamental.
- c) O BSC é uma ferramenta utilizada para planejar a estratégia organizacional, privilegiando na administração pública a perspectiva da sociedade. Busca estratégias e ações equilibradas em todas as áreas que afetam o negócio como um todo.
- d) O planejamento governamental utiliza a metodologia OKR que prevê a definição dos objetivos, preferencialmente, em ciclos mais

longos, com iniciativas que incentivem o alcance das metas. Busca segmentar os objetivos da instituição, da equipe e das pessoas em resultados cuja medição seja possível.

e) Para a definição dos objetivos, a metodologia OKR utiliza predominantemente o modelo *top-down*, a fim de obter o alinhamento estratégico necessário para que a implementação dos objetivos ganhe força e velocidade junto às equipes.

22. De acordo com Chiavenato, mais importante que o Plano é o processo de construção do planejamento estratégico, que envolve a definição de processos e projetos que precisam ser gerenciados, para a alcance dos resultados desejados, promovendo as mudanças que a organização necessita. Acerca dos temas, assinale a alternativa correta.

- a) Nos processos de verificação dos impactos dos projetos governamentais, a avaliação precisa de informações do processo de monitoramento e deve ser realizada por equipe mista – interna e externa – por questões de confiabilidade dos dados.
- b) A estratégia de liderança de custo tem a menor variedade possível de produtos para aproveitar as economias de escopo.
- c) Nas avaliações dos projetos governamentais, a avaliação formativa procura investigar como o programa funciona e, também, avaliar as estratégias utilizadas para o alcance dos resultados.
- d) O gerenciamento por processos diferencia-se do gerenciamento de projetos porque esse identifica tanto os clientes quanto os fornecedores, assim como as entradas e saídas.
- e) Uma organização que atua com estratégia de enfoque procura ser a única empresa com certos atributos valiosos e importantes para todos os compradores da indústria.

23. Quando se trata de gestão de projetos, o Termo de Abertura do Projeto (TAP) é um documento que formalmente autoriza a existência de um projeto e dá ao gerente do projeto a autoridade necessária para aplicar recursos organizacionais às atividades do projeto. A Especificação do Trabalho do Projeto (ETP) é uma descrição narrativa dos produtos, serviços ou resultados a serem entregues por um projeto. Levando-se em consideração a ETP, qual o elemento que ela informa como entrada para desenvolver o TAP.

- a) Necessidade de negócios de uma organização, que pode ser baseada numa demanda de mercado, avanço tecnológico, requisito legal, uma regulamentação governamental ou uma consideração ambiental.
- b) O plano de gerenciamento do projeto, que define, prepara e coordena todos os planos auxiliares e integra-os a um plano de projeto abrangente.
- c) A realização do controle integrado de mudanças que mostra como se deve realizar todas as mudanças, como aprová-las e gerenciá-las.
- d) O plano de gerenciamento de riscos que define como conduzir as atividades de gerenciamento dos riscos de um projeto.
- e) O plano de gerenciamento da qualidade que identifica os requisitos e/ou padrões de qualidade e suas entregas.

24. A administração pública, desde 1995, com o lançamento do PDRAE – Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, vem buscando o desafio de promover uma mudança cultural de valorização do servidor público, através de instrumentos de motivação, profissionalização, liderança participativa entre outros, a partir dos conceitos ligados à atuação da gestão estratégica de pessoas no serviço público. Sobre o tema, é correto afirmar.

- a) A gestão estratégica de pessoas constitui um conjunto de atividades de aprendizagem e desenvolvimento que estão verticalmente alinhadas e horizontalmente integradas e que

contribuem para o alcance dos objetivos estratégicos.

- b) As funções administrativas características da gestão estratégica de pessoas nas organizações públicas incluem a realização de rotinas típicas de departamento pessoal e a elaboração de políticas de desenvolvimento e de gestão de desempenho de pessoas.
- c) No âmbito da gestão de pessoas, objetivos desafiadores, possíveis e determinados pelos indivíduos que não tenham autoeficácia promovem maior motivação e consequentemente melhores desempenhos.
- d) No modelo contingencial de Fiedler, o estilo de liderança orientado para a tarefa é o mais indicado para as situações moderadas relacionadas com a estrutura da tarefa, relacionamento líder-liderado e poder de posição do líder.
- e) O Método da Escala Gráfica consiste em avaliar o desempenho dos indivíduos por meio de frases descritivas, colocadas em blocos, nos quais o avaliador escolhe, forçosamente, apenas uma ou duas alternativas, que mais se aplicam ao desempenho do avaliado.

GESTÃO DE PESSOAS

Stefan Fantini

25. O (A) _____ tem por objetivo a melhoria do desempenho funcional do indivíduo, sendo orientado para o presente e para o cargo atual; o (a)_____, por sua vez, tem como foco explorar o potencial de crescimento do indivíduo, sendo orientado para o futuro e para o indivíduo.

Indique a alternativa que preenche corretamente as lacunas, respectivamente:

- a) desenvolvimento; treinamento
- b) desenvolvimento; gestão do conhecimento
- c) treinamento; desenvolvimento
- d) gestão participativa; treinamento
- e) desenvolvimento; coaching

26. A(O) _____ consiste em um conjunto de técnicas que tem por objetivo atrair potenciais candidatos qualificados para determinada instituição, ao passo que a (o) _____ consiste no momento de escolha dos indivíduos entre os candidatos que foram selecionados.

Indique a alternativa que preenche corretamente as lacunas, respectivamente:

- a) treinamento; desenvolvimento
- b) recrutamento; seleção
- c) plano de cargos; plano de salários
- d) seleção; recrutamento
- e) treinamento; recrutamento

27. De acordo com Walton, _____ é um dos fatores que afetam a Qualidade de Vida no Trabalho e, portanto, para atenuar insatisfações dos empregados relacionadas a esse fator, é necessário que a organização adote medidas que evitem que o trabalho comprometa demasiado tempo do trabalhador, em detrimento de sua vida privada.

Indique a alternativa que preenche corretamente a lacuna:

- a) Compensação justa e adequada
- b) Condições de segurança e saúde no trabalho
- c) Integração social na organização
- d) Trabalho e espaço total de vida
- e) Relevância social da vida no trabalho

28. São características dos Objectives and Key Results (OKRs), EXCETO:

- a) Simplicidade
- b) Ciclos longos
- c) Foco
- d) Alinhamento Organizacional
- e) Transparência

29. A criação de conhecimento nas organizações é algo dinâmico e constante, e envolve a interação contínua entre os conhecimentos tácito e explícito. De acordo com Nonaka e Takeuchi, existem 04 modos de converter conhecimento.

Assinale a alternativa correta.

- a) A conversão de conhecimento explícito em conhecimento explícito é denominada de internalização.
- b) A conversão de conhecimento explícito em conhecimento tácito é denominada de internalização.
- c) A conversão de conhecimento tácito em conhecimento explícito é denominada de socialização.
- d) A conversão de conhecimento tácito em conhecimento tácito é denominada de externalização.
- e) A conversão de conhecimento explícito em conhecimento tácito é denominada de combinação.

GESTÃO DE PROGRAMAS DE SAÚDE*Elisabete Moreira*

30. No que se refere à ética e à qualidade de vida no trabalho, à saúde e à segurança das pessoas, aos programas de qualidade de vida e à promoção do bem-estar no trabalho, julgue o item e marque a alternativa correta.

- a) O cumprimento das instruções sobre a prevenção de doenças ocupacionais repassadas pela empresa, mediante uma ordem de serviço, é facultativo aos empregados.
- b) Constituem limitações inevitáveis e consideradas causas intrínsecas que levam ao absenteísmo as doenças, os acidentes, as responsabilidades familiares e os problemas de transporte.
- c) As doenças devido às condições de trabalho e o abuso de droga e álcool são considerados como condições de pequena ou nenhuma importância para o absenteísmo.
- d) Denomina-se turnover a soma dos períodos em que os empregados de uma organização se ausentam do trabalho, seja por falta, atraso, doenças ou quaisquer outros motivos.
- e) Uma questão importante nas práticas de gestão de pessoas é a articulação entre o trabalho, a subjetividade e a saúde psíquica, fortemente marcada pela organização e pelas condições de trabalho

EIXO TEMÁTICO 2**GESTÃO DE RISCOS***Rodrigo Rennó*

31. A gestão de riscos é uma prática essencial nas organizações para identificar, avaliar e mitigar possíveis ameaças aos objetivos organizacionais. Qual das seguintes opções melhor exemplifica um passo fundamental no processo de gestão de riscos?

- a) Ignorar riscos que parecem improváveis, concentrando-se apenas nos mais evidentes.
- b) Avaliar e priorizar riscos com base em sua probabilidade e impacto, desenvolvendo estratégias para mitigá-los.
- c) Envolver apenas a alta administração no processo de gestão de riscos, sem consultar outras partes interessadas.
- d) Implementar um plano de ação para todos os riscos identificados, independentemente de sua gravidade ou probabilidade.
- e) Tratar os riscos identificados como problemas isolados, sem considerar suas possíveis interconexões e efeitos cumulativos.

32. A gestão de riscos é um processo contínuo e sistemático que visa identificar, avaliar e mitigar os riscos que possam afetar os objetivos de uma organização. Qual das seguintes opções melhor descreve um componente essencial da gestão de riscos?

- a) Evitar completamente todas as atividades que possam introduzir algum risco para a organização.
- b) Desenvolver uma cultura organizacional que incentive a comunicação aberta e a identificação proativa de riscos.
- c) Delegar a responsabilidade pela gestão de riscos apenas ao departamento de auditoria interna.
- d) Focar exclusivamente na mitigação de riscos financeiros, ignorando outros tipos de riscos.
- e) Implementar um plano de resposta aos riscos apenas após a ocorrência de um evento adverso.

INOVAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA

Stefan Fantini

33. O governo eletrônico consiste na utilização, pelo governo, das ferramentas de tecnologia de informação e comunicação (TIC), com os objetivos de, EXCETO:

- a) democratizar o acesso à informação (inclusão digital);
- b) modernizar a máquina pública;
- c) aumentar a eficiência e a qualidade dos serviços públicos;
- d) permitir menor participação popular do cidadão na gestão pública;
- e) aumentar a transparéncia, o controle social e a accountability

34. Para Schedler (2006), na accountability estão presentes, quase sempre, três dimensões:

- a) governança, governabilidade e transparéncia.
- b) transparéncia, informação e governança.
- c) informação, justificação e punição.
- d) governabilidade, governança e accountability.
- e) aprimoramento, assertividade e correção.

35. O poder público tem a obrigação de disponibilizar o maior número de dados relevantes, por iniciativa própria, independentemente de pedido ou solicitação. Assim, a disponibilização de dados e informações, por iniciativa própria (sem prévia solicitação de qualquer interessado), é chamada de

- a) Governança
- b) Transparéncia Ativa
- c) Transparéncia Passiva
- d) Governabilidade
- e) Publicação

36. De acordo com o Governo Federal, Governo Eficiente e Sustentável; Governo Inteligente e Inovador; Governo Centrado no Cidadão e Inclusivo; Governo Confiável e Seguro; Governo Integrado e Colaborativo; Governo Transparente, Aberto e Participativo são:

- a) Diretrizes de Gestão Participativa
- b) Princípios Explícitos da Administração Pública previstos na Constituição Federal
- c) Princípios da Administração Burocrática
- d) Princípios da Internet das Coisas
- e) Princípios norteadores da Estratégia de Governo Digital 2024-2027

CONTROLES INTERNO E EXTERNO

Antônio Daud

- 37.** Em relação controle externo judicial dos atos administrativos, é INCORRETO afirmar que:
- a) realiza exclusivamente o controle de legalidade dos atos administrativos.
 - b) permite aferir a legalidade do exercício do poder discricionário por parte do administrador público.
 - c) não poderá utilizar os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade como critérios para exame da conduta do administrador.
 - d) não poderá substituir o mérito do administrador, contido no ato, pelo seu juízo de conveniência.
 - e) em razão do princípio da inércia da jurisdição, em regra não age de ofício, apenas mediante provocação dos legitimados.

ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS MATERIAIS E PATRIMONIAIS

Ricardo Campanário

- 38.** Além da classificação da despesa com aquisição de material (material de consumo ou material permanente) devem ser adotados alguns parâmetros para distinguir um material de consumo de um permanente. Um dos critérios para um material ser considerado de consumo é: “estrutura quebradiça, deformável ou danificável, caracterizando sua irrecuperabilidade e perda de sua identidade ou funcionalidade.” A definição apresentada se refere ao critério de:

- a) perecibilidade;
- b) durabilidade;
- c) fragilidade;
- d) transformabilidade;
- e) incorporabilidade.

- 39.** A gestão de recursos patrimoniais é de fundamental importância para uma organização, independente de sua característica pública ou privada. Devido à complexidade e tamanho das organizações, para manter a sustentabilidade econômica, esses recursos podem ser vendidos, trocados ou adquiridos. De acordo com o exposto, marcas e patentes são recursos patrimoniais:

- a) de risco.
- b) intangíveis.
- c) imobilizados.
- d) permanentes.
- e) fixos.

- 40.** Uma função da Administração de Compras é:

- a) especificar detalhadamente o objeto ou serviço a comprar;
- b) definir quantidades, qualidades e prazos de entrega;
- c) acompanhar administrativamente o processo de fornecimento;
- d) receber o produto da compra e proceder às inspeções quantitativas e de qualidade;
- e) aceitar ou devolver o produto.

EIXO TEMÁTICO 3

O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS

Stefan Fantini

- 41.** Programas como reforma agrária e cotas raciais em universidades são exemplos de políticas:

- a) Distributiva
- b) Redistributiva
- c) Regulatória
- d) Constitutiva
- e) Efetividade-Custo

42. "Lista de temas ou problemas que são alvo em dado momento de séria atenção, tanto por parte das autoridades governamentais como de pessoas fora do governo, mas estreitamente associada às autoridades." (KINGDON, 2007). Trata-se do conceito de:

- a) Política Pública
- b) Problemas Públicas
- c) Agenda
- d) Tomada de Decisões
- e) Formulário Público

43. João das Neves é gestor público e, com relação à tomada de decisões, que possui informações completas e a capacidade plena para processá-las, sendo capaz, ainda, de compreender as consequências exatas de cada decisão. Ele entende, ainda, que conhece todos os custos e benefícios envolvidos em cada decisão e busca as alternativas mais eficientes.

Nesse caso, João das Neves está alinhado ao modelo de tomada de decisões chamado:

- a) Modelo Incremental
- b) Modelo Mixed-Scanning
- c) Modelo Irracional
- d) Modelo Garbage can
- e) Modelo Racional

ARRANJOS INSTITUCIONAIS PARA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Rodrigo Rennó

44. Arranjos institucionais são vitais para a implementação eficaz de políticas públicas, pois definem como as responsabilidades são distribuídas e coordenadas entre diferentes órgãos. Qual das seguintes opções melhor representa um arranjo institucional que pode facilitar a implementação eficaz de políticas públicas complexas?

- a) Centralização das decisões e da execução em um único órgão governamental para assegurar coerência e controle.
- b) Fragmentação das responsabilidades entre diversas agências sem mecanismos de coordenação para promover a autonomia.
- c) Criação de consórcios interinstitucionais que envolvam governos locais, agências estaduais, ONGs e o setor privado com claros mecanismos de comunicação e colaboração.
- d) Delegação completa da implementação para o setor privado, com supervisão mínima do governo.
- e) Adotar uma abordagem estritamente hierárquica e burocrática onde cada passo do processo é rigidamente controlado.

45. A intersetorialidade é uma abordagem essencial para enfrentar desafios complexos na sociedade, promovendo a colaboração entre diferentes áreas e atores. Qual das alternativas abaixo representa uma aplicação efetiva da intersetorialidade em políticas públicas?

- a) Um programa de segurança alimentar que envolve apenas o Ministério da Agricultura, sem a participação de outros setores como saúde, educação e desenvolvimento social.
- b) Uma iniciativa de combate à violência doméstica que é desenvolvida exclusivamente pela Secretaria de Segurança Pública, sem considerar as dimensões de saúde, assistência social e educação.
- c) Um plano de desenvolvimento sustentável que integra ações de diferentes setores, como meio ambiente, economia, infraestrutura e sociedade civil, buscando soluções conjuntas para os desafios socioambientais.
- d) Uma política de saúde mental que é formulada apenas por psiquiatras, sem a participação de outros profissionais de saúde, como psicólogos, enfermeiros e assistentes sociais.
- e) Um projeto de mobilidade urbana que prioriza a construção de novas vias, sem considerar os impactos na qualidade de vida, no meio ambiente e na saúde da população.

A DIVERSIDADE E A INCLUSÃO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Ricardo Torques

46. Visando a diversidade e a inclusão nas políticas públicas, a Lei nº 13.146/18 trouxe diversas medidas para a inclusão das pessoas com deficiência. Sobre o direito à saúde, assinale a alternativa correta:

- a) As ações e os serviços de saúde pública destinados à pessoa com deficiência devem assegurar atendimento psicológico, inclusive para seus familiares, excluídos os atendentes pessoais.

- b) Compete ao SUS desenvolver ações destinadas à prevenção de deficiências por causas evitáveis, inclusive por meio de aprimoramento do atendimento neonatal, com a oferta de ações e serviços de prevenção de danos cerebrais e sequelas neurológicas em recém-nascidos, sempre de forma presencial.
- c) Quando esgotados os meios de atenção à saúde da pessoa com deficiência no local de residência, será prestado atendimento fora de domicílio, para fins de diagnóstico e de tratamento, garantidos o transporte e a acomodação da pessoa com deficiência e de seu acompanhante.
- d) Os espaços dos serviços de saúde, tanto públicos quanto privados, devem assegurar o acesso da pessoa com deficiência, em conformidade com a legislação em vigor, mediante a remoção de barreiras, por meio de projetos arquitetônico, de ambientação de interior e de comunicação que atendam às especificidades das pessoas com deficiência exclusivamente física.
- e) À pessoa com deficiência internada ou em observação é assegurado o direito a acompanhante ou a atendente pessoal, sendo vedada a justificação de impossibilidade.

PESQUISA E AVALIAÇÃO QUALITATIVA E QUANTITATIVA

Carla Abreu

47. Uma empresa de tecnologia deseja entender o perfil de seus clientes para melhorar o desenvolvimento de novos produtos. Para isso, ela decidiu aplicar um questionário online para coletar informações sobre a idade, gênero, profissão e preferências de uso dos produtos. Qual tipo de pesquisa está sendo utilizada?

- a) Pesquisa Explicativa
- b) Pesquisa Exploratória
- c) Pesquisa Descritiva
- d) Pesquisa Qualitativa
- e) Pesquisa Experimental

ESTATÍSTICA*Carlos Henrique*

48. A respeito das técnicas de amostragem probabilística, **NÃO** é correto afirmar que

- a) na amostragem por conglomerado a população é dividida em diferentes grupos, extraíndo-se uma amostra apenas dos conglomerados selecionados.
- b) na amostragem estratificada, se a população pode ser dividida em subgrupos que consistem em indivíduos bastante semelhantes entre si, pode-se obter uma amostra aleatória em cada grupo.
- c) na amostragem aleatória simples se sorteia um elemento da população, sendo que todos os elementos têm a mesma probabilidade de serem selecionados.
- d) na amostragem por voluntários a população é selecionada de forma a estratificar aleatoriamente os grupos selecionados.
- e) na amostragem sistemática os elementos da população se apresentam ordenados, e a retirada dos elementos da amostra é feita periodicamente.

49. O tipo no qual não apenas cada indivíduo, mas, também, todas as combinações entre os indivíduos têm uma probabilidade igual de ser selecionada, é uma amostragem

- a) Livre.
- b) Estratificada.
- c) Aleatória.
- d) Conglomerada.
- e) Sistemática.

50. Para pesquisas eleitorais, as populações geralmente têm subgrupos distintos que precisam ser representados na amostra, como diferentes faixas etárias, regiões geográficas, níveis de renda ou afiliações políticas. Ao segmentar a população com base nesses fatores, os pesquisadores pretendem garantir que todos os grupos relevantes sejam incluídos na amostra, o que ajuda a garantir uma representação mais precisa e equitativa das opiniões e tendências dentro da população em estudo.

O conceito se refere à técnica de amostragem do tipo:

- a) sistemática;
- b) estratificada;
- c) por julgamento;
- d) aleatória simples;
- e) por conglomerados.

EIXO TEMÁTICO 4**ORÇAMENTO PÚBLICO***Leandro Ravyelle*

51. Durante a revisão do Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o próximo exercício fiscal, o Secretário de Fazenda de um município identificou que a projeção de receitas foi significativamente superestimada em relação às tendências econômicas atuais. Considerando a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), LC 101/2000, qual ação é mais adequada para corrigir essa discrepância e garantir a conformidade legal?

- a) Manter as projeções superestimadas, pois proporcionam uma margem segura para eventuais quedas nas receitas, evitando o descumprimento de metas fiscais.
- b) Revisar o Anexo de Metas Fiscais para refletir projeções de receita mais realistas e readequar as despesas projetadas para alinhar-se às novas estimativas de receita.
- c) Ignorar as discrepâncias, uma vez que a LRF exige apenas que as projeções sejam feitas, não importando sua precisão ou fundamentação econômica.
- d) Reduzir as despesas em áreas não críticas para compensar a superestimação das receitas, sem necessidade de revisão das projeções de receita no Anexo de Metas Fiscais.
- e) Publicar um adendo no Anexo de Metas Fiscais destacando as possíveis razões para a superestimação e garantindo transparência, mas sem alterar as projeções.

52. Em resposta a uma previsão de receita fiscal incerta, um estado brasileiro está revisando o Anexo de Riscos Fiscais e a reserva de contingência na sua Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o próximo exercício financeiro, conforme estipulado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), LC 101/2000. Avalie as ações propostas abaixo e identifique qual delas está corretamente alinhada com as exigências da LRF.

- a) O estado decide eliminar completamente a reserva de contingência para maximizar os investimentos em infraestrutura, considerando que o Anexo de Riscos Fiscais já detalha os potenciais riscos fiscais.
- b) Propõe-se a redução da reserva de contingência a um valor simbólico, justificando que a estabilidade recente da receita estadual minimiza a necessidade de tal reserva.
- c) O estado planeja aumentar a reserva de contingência para um percentual significativamente mais alto do orçamento, dada a volatilidade das receitas devido a flutuações no mercado global.
- d) O Anexo de Riscos Fiscais é atualizado para incluir apenas riscos fiscais de baixa probabilidade e impacto, visando apresentar um cenário fiscal mais otimista para investidores.
- e) O estado mantém uma reserva de contingência considerável e conforme regras estabelecidas na própria LDO, correspondente a uma proporção prudente do orçamento, com o Anexo de Riscos Fiscais detalhando todos os riscos potenciais, incluindo variações na receita e despesas inesperadas.

53. Em um contexto de declínio econômico, o Governo do Estado do Alvorada identificou ao final do primeiro bimestre que a realização da receita poderia comprometer o cumprimento das metas de resultado primário estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), LC 101/2000, uma ação recomendada do governo estadual em conformidade com a LRF consta em

- a) Aguardar até o final do semestre para verificar se a tendência de queda na receita persiste antes de tomar medidas de limitação de empenho.
- b) Realizar imediatamente uma limitação de empenho e movimentação financeira, distribuindo o ajuste de forma igualitária entre todos os Poderes e órgãos do Estado.
- c) Convocar uma sessão extraordinária da assembleia legislativa estadual para revisar as metas de resultado primário no Anexo de Metas Fiscais.
- d) Proceder à limitação de empenho e movimentação financeira nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, seguindo os critérios estabelecidos pela lei de diretrizes orçamentárias.
- e) Solicitar autorização do Tribunal de Contas do Estado para suspender temporariamente o cumprimento das metas fiscais até que a receita se recupere.

CONTABILIDADE PÚBLICA*Gilmar Possati*

54. O Município Audazes dos Pampas possui dotação prevista em seu orçamento para constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros. Segundo a Lei n. 4.320/64, o município deverá classificar a respectiva dotação como:

- a) Transferências Correntes.
- b) Despesa de Custeio.
- c) Investimentos.
- d) Inversões Financeiras.
- e) Transferências de Capital.

55. Assinale a opção correta acerca das classificações da despesa presentes na Lei n. 4.320/64:

- a) As subvenções econômicas, destinadas a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial ou cultural, sem finalidade lucrativa, são classificadas como despesas correntes.
- b) Enquanto a amortização da dívida pública é classificada como transferência de capital, os juros da dívida pública são classificados como transferências correntes.
- c) A participação em constituição ou aumento de capital de uma empresa não comercial é classificada como uma despesa de capital – inversão financeira.
- d) As dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis são classificadas como transferências correntes.
- e) Os elementos de despesa “inativos” e “pensionistas” são classificados como despesas de custeio.

56. No Município Audazes dos Pampas ocorreram as seguintes variações patrimoniais em um determinado exercício (em R\$):

Receita tributária 100.000,00

Pagamento por aquisição de bens imóveis 12.000,00

Despesas empenhadas, não liquidadas 5.000,00

Despesas empenhadas, liquidadas e pagas 10.000,00

Perdas com alienação de bens imóveis 15.000,00

Perdas com desvalorização de ativos 10.000,00

Aquisição de material de consumo à vista 20.000,00

Aquisição de material permanente 14.000,00

Depreciação de ativos 16.000,00

Ganhos na reavaliação de bens 24.000,00

Considerando-se apenas os dados fornecidos, o total das variações patrimoniais aumentativas e diminutivas correspondeu, em R\$, respectivamente a

- a) 100.000,00; 51.000,00
- b) 124.000,00; 51.000,00
- c) 100.000,00; 35.000,00
- d) 124.000,00; 35.000,00
- e) 124.000,00; 41.000,00

57. O Município Audazes dos Pampas concedeu um adiantamento de valores a determinado servidor público com a finalidade de efetuar despesas que, pela sua excepcionalidade, não puderam se subordinar ao processo normal de aplicação. Acerca dessa situação, analise as assertivas a seguir:

I – Quando há uma concessão de suprimento de fundos, a despesa orçamentária é empenhada, liquidada e paga no ato da concessão e só com a prestação de contas do agente suprido é que há o efetivo registro da variação patrimonial diminutiva.

II – O agente suprido estará vedado de adquirir material permanente com o suprimento de fundos recebido.

III – No momento da saída do recurso financeiro, devem ocorrer três lançamentos movimentando-se as três naturezas de informação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP): patrimonial, orçamentária e controle.

Está(ão) correto(s):

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

LICITAÇÕES E CONTRATOS

Herbert Almeida

58. Assinale a alternativa que, de acordo com a Lei 14.133/2021, caracteriza hipótese de licitação dispensada:

- a) Quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
- b) Contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- c) Venda de bens produzidos ou comercializados por órgãos ou entidades da Administração Pública, em virtude de suas finalidades.
- d) Aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que inerente às finalidades do órgão ou com elas compatível.
- e) Para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras.

59. Em relação ao processo de padronização e às regras legais aplicáveis às compras governamentais, assinale a alternativa que CONTRARIA a Lei 14.133/2021:

- a) O processo de padronização deverá conter parecer técnico sobre o produto, considerados especificações técnicas e estéticas, desempenho, análise de contratações anteriores, custo e condições de manutenção e garantia, despacho motivado da autoridade superior, com a adoção do padrão, bem como síntese da justificativa e descrição sucinta do padrão definido, divulgadas em sítio eletrônico oficial.
- b) É permitida a padronização com base em processo de outro órgão ou entidade de nível federativo igual ou superior ao do órgão adquirente, devendo o ato que decidir pela adesão a outra padronização ser devidamente motivado, com indicação da necessidade da Administração e dos riscos decorrentes dessa decisão, e divulgado em sítio eletrônico oficial.
- c) As contratações de soluções baseadas em software de uso disseminado serão disciplinadas em regulamento que defina processo de gestão estratégica das contratações desse tipo de solução.
- d) Quando houver a possibilidade de compra e também de locação de bens, o estudo técnico preliminar (ETP) deverá considerar os custos e os benefícios de cada opção, com indicação da alternativa mais vantajosa, a fim de subsidiar a decisão entre estas alternativas.
- e) A Administração poderá exigir, na fase de julgamento das propostas, amostras do licitante provisoriamente vencedor, para atender a diligência ou, durante a fase de habilitação, como requisito de qualificação técnica.

CRIMES EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Renan Araújo

60. Dentre as alternativas abaixo, assinale aquela que não corresponde a uma conduta tipificada como crime de fraude em licitação ou contrato (art. 337-L do CP):

- a) entrega de mercadoria ou prestação de serviços com qualidade ou em quantidades diversas das previstas no edital ou nos instrumentos contratuais.
- b) fornecimento, como verdadeira ou perfeita, de mercadoria falsificada, deteriorada, inservível para consumo ou com prazo de validade vencido.
- c) entrega de uma mercadoria por outra.
- d) alteração da substância, qualidade ou quantidade da mercadoria ou do serviço fornecido.
- e) Admitir, possibilitar ou dar causa à contratação direta fora das hipóteses previstas em lei.

EIXO TEMÁTICO 5

GESTÃO DOCUMENTAL

Ricardo Campanário

61. No que se refere à frequência do uso ou consulta, existem três tipos de arquivos. São eles:

- a) ativo, inativo e morto.
- b) oficial, administrativo e governamental.
- c) direto, indireto e intermediário.
- d) municipal, estadual e federal.
- e) alfabético, alfanumérico e numérico.

62. A Arquivologia pode ser entendida como um conjunto de princípios, conceitos e técnicas a serem observados na produção, organização, guarda, preservação e uso de documentos em arquivos. Um de seus princípios fundamentais é o princípio da integridade arquivística pelo qual:

- a) os documentos de arquivo devem ser reclassificados por assuntos, independentemente da sua proveniência e organização original.
- b) os documentos de arquivo conservam seu caráter único, em função do contexto em que foram produzidos, não obstante forma, gênero, tipo ou suporte.
- c) os arquivos públicos devem ser conservados o mais próximo possível do local que o gerou ou que influenciou sua produção.
- d) os registros arquivísticos são coletados artificialmente e acumulados naturalmente nas administrações, em função dos cumprimentos dos objetivos práticos.
- e) os fundos de arquivo devem ser preservados sem divisão, dispersão, separação, mutilação, alienação, destruição não autorizada ou adição indevida.

63. Conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes a produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos arquivísticos em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente. Trata-se da definição de:

- a) documentos confidenciais
- b) teoria das 3 idades
- c) princípio da proveniência
- d) gestão de documentos de arquivo.
- e) métodos de arquivamento

TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

Antônio Daud

64. Em relação ao recurso no caso de indeferimento de acesso a informações, assinale a alternativa que está de acordo com a Lei de Acesso à Informação (LAI):

- a) O recurso poderá ser interposto no prazo de 15 dias a contar da ciência da decisão que indeferir a solicitação de acesso.
- b) O recurso será dirigido à própria autoridade que exarou a decisão impugnada.
- c) Negado o acesso a informação pelos órgãos ou entidades do Poder Executivo Federal, o requerente poderá recorrer à Controladoria-Geral da União, que deliberará no prazo de 20 dias.
- d) Só é cabível a interposição de recurso dirigido à Controladoria-Geral da União depois de submetido à apreciação de pelo menos uma autoridade hierarquicamente superior àquela que exarou a decisão impugnada.
- e) Negado o acesso à informação pela Controladoria-Geral da União, poderá ser interposto recurso ao Tribunal de Contas da União (TCU).

65. Assinale a alternativa que NÃO prevê menciona hipótese de tratamento de dados pessoais (Lei 13.709/2018):

- a) realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida a anonimização dos dados pessoais.
- b) cumprimento de obrigação regulatória pelo controlador dos dados.
- c) fornecimento de consentimento não escrito pelo titular, demonstrando sua manifestação de vontade.
- d) proteção da vida de qualquer pessoa.
- e) tutela da saúde em procedimento realizado por profissional da saúde.

TEORIAS DA COMUNICAÇÃO**Júlia Branco**

66. Em relação à comunicação pública, qual das afirmações abaixo está correta ao considerar os desafios de transparência e accountability no setor público?

- a) A comunicação pública no setor público deve ser exclusivamente informativa, centrando-se na disseminação de dados brutos e estatísticas, sem a necessidade de interpretação ou contextualização, visando atender aos princípios de transparência e accountability.
- b) Os desafios de transparência e accountability na comunicação pública podem ser resolvidos pela simples disponibilização de documentos e relatórios financeiros em plataformas digitais, independentemente da compreensão e acessibilidade dessas informações pelos cidadãos.
- c) A comunicação pública no setor público deve englobar estratégias participativas, que promovam o engajamento cidadão, a interpretação contextualizada dos dados e a facilitação do acesso às informações, garantindo que a transparência e accountability sejam efetivas e comprehensíveis para o público em geral.
- d) A transparência e a accountability no setor público podem ser asseguradas através de comunicados oficiais esporádicos e conferências de imprensa realizadas unicamente por representantes de alto escalão, sem a necessidade de um diálogo contínuo e bidirecional com a sociedade.
- e) Os princípios de transparência e accountability no setor público são satisfeitos pela simples divulgação de informações por meio de veículos de comunicação tradicionais, sem a inclusão de novas tecnologias ou plataformas interativas que possam ampliar o alcance e a compreensão dessas informações.

67. Considerando as boas práticas de apuração no jornalismo, qual das alternativas a seguir descreve corretamente um procedimento ético e eficaz durante a verificação de informações?

- a) Durante a apuração, um jornalista deve confiar primariamente em fontes anônimas e não verificar suas alegações, pois a proteção da identidade das fontes é mais importante do que a veracidade das informações transmitidas.
- b) Um jornalista deve aceitar e publicar informações de uma única fonte confiável sem a necessidade de buscar confirmações adicionais, desde que essa fonte tenha um histórico de fornecer dados precisos e verificados anteriormente.
- c) A apuração eficaz e ética exige que o jornalista verifique informações através de múltiplas fontes independentes, corrobore os dados obtidos e busque a confirmação oficial sempre que possível, assegurando a precisão e a imparcialidade da reportagem.
- d) Durante a apuração, é aceitável que o jornalista faça suposições baseadas em informações não verificadas, desde que as mesmas sejam plausíveis e correspondam às expectativas do público, ajudando a construir uma narrativa coerente e envolvente.
- e) A ética na apuração jornalística permite a utilização de informações de fontes não verificadas e boatos, desde que o jornalista faça uma declaração de isenção de responsabilidade sobre a veracidade dos dados, transferindo ao leitor a responsabilidade de discernimento.

68. Sobre os princípios fundamentais da redação jornalística, qual das opções abaixo descreve corretamente a abordagem da pirâmide invertida na construção de uma notícia?

- a) A pirâmide invertida na redação jornalística recomenda que os detalhes menos importantes sejam colocados no início do texto, permitindo que o leitor tenha uma visão superficial antes de se aprofundar nos fatos principais, que aparecem no final do texto.
- b) A pirâmide invertida na redação jornalística sugere que a notícia deve começar com uma opinião pessoal ou análise do jornalista, seguida pela apresentação dos fatos principais e, finalmente, pelos detalhes menos relevantes e pelo contexto adicional.
- c) A pirâmide invertida na redação jornalística é uma técnica que enfatiza a inclusão de uma introdução extensa e detalhada, com uma contextualização histórica abrangente antes de apresentar os fatos atuais, garantindo uma compreensão completa pelo leitor.
- d) A pirâmide invertida na redação jornalística estabelece que os fatos mais importantes e relevantes devem ser apresentados logo no início da matéria, com informações adicionais e detalhes menos cruciais sendo incluídos subsequentemente e gradualmente ao longo do texto.
- e) A pirâmide invertida na redação jornalística propõe que a estrutura da notícia seja baseada na cronologia dos eventos, começando pelo acontecimento mais antigo e terminando com o mais recente, para manter a linearidade e a clareza dos fatos.

69. Considerando as características das fake news, qual das opções abaixo descreve corretamente um aspecto crítico para sua identificação e combate no jornalismo?

- a) Fake news são sempre fáceis de identificar porque contêm erros gramaticais evidentes e são publicadas em websites desconhecidos e mal formatados, tornando desnecessária qualquer forma de verificação adicional por parte do jornalista.
- b) As fake news geralmente apresentam uma mistura de informações verdadeiras e falsas, utilizando títulos sensacionalistas e emocionais para enganar os leitores.
- c) Fake news são criadas com o objetivo de entretenimento e não costumam ter impacto significativo na opinião pública ou nas decisões políticas, sendo assim uma preocupação menor para o jornalismo profissional.
- d) A identificação de fake news no jornalismo depende do uso de softwares automatizados que detectam inconsistências nas informações.
- e) Fake news são frequentemente distribuídas apenas em redes sociais, sem penetração em mídias tradicionais, o que reduz a responsabilidade dos jornalistas profissionais em combatê-las.

70. Considerando os desafios enfrentados pelo jornalismo profissional na era digital, qual das alternativas abaixo melhor representa uma estratégia para aumentar a credibilidade e a confiança do público?

- a) O jornalismo profissional deve adotar uma abordagem de publicação rápida, priorizando a velocidade da notícia em detrimento da verificação dos fatos, para competir com a agilidade das redes sociais.
- b) A transparência sobre o processo de apuração, a explicação detalhada das fontes utilizadas e a correção rápida e pública de erros cometidos são práticas fundamentais para o jornalismo profissional ganhar e manter a confiança do público na era digital.
- c) O jornalismo profissional deve focar-se exclusivamente em reportagens de investigação, com menor foco na cobertura de notícias diárias e de eventos imediatos, para evitar a pressão por rapidez e minimizar a possibilidade de erros.
- d) Para aumentar a credibilidade, os jornalistas profissionais devem evitar a interação com o público nas redes sociais, mantendo uma distância clara e formal para preservar a imparcialidade e a autoridade jornalística.
- e) A adoção de uma postura desapaixonada em todas as reportagens, sem contextualização, é a melhor maneira de o jornalismo profissional aumentar a credibilidade e a confiança do público na era digital.

Discursiva

Ter as competências requeridas para o exercício de um cargo ou uma função pública é fundamental para o alcance da excelência profissional e a consecução da prestação de serviços públicos ao cidadão com qualidade e eficácia. Considerando esse assunto, redija um texto dissertativo acerca do processo de gestão de pessoas por competências na administração pública, abordando, necessariamente, os seguintes aspectos:

- 1 a finalidade de uma gestão de pessoas por competências, do ponto de vista organizacional.
- 2 o tripé das competências, com o significado de cada elemento que o compõe.
- 3 três benefícios da gestão por competências para a organização.
- 4 três benefícios da gestão por competências para os servidores públicos.

Resposta em até 45 linhas.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Folha de Resposta

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>